

VARIAÇÕES NO INTERIOR DE UM DISCURSO HEGEMÔNICO?

Sobre a tensão “ação – estrutura” na sociologia contemporânea¹

Sergio B. F. Tavoraro²

Ao menos desde o início dos 1970, a tensão *ação – estrutura* começou a migrar, de forma deliberada, das bordas para o centro da agenda de pesquisa do pensamento sociológico. Retrospectivamente falando, é como se um clima de inquietação ao redor dessa questão tivesse alcançado força, interesse e visibilidade jamais vistos neste um século e meio de existência institucional da sociologia. Sob uma considerável gama de rótulos e designações, algumas das quais bastante peculiares e mesmo pouco intercambiáveis, inúmeros autores colocaram-se como meta investigar e equacionar a natureza das relações entre “indivíduo” (sujeito, ator, agente) e “sociedade” (contexto social, estrutura, condições objetivas)³. Vale dizer, seria por demais apressado acusar tais empreendimentos de “mais uma daquelas modas passageiras” a colorir a sociologia de tempos em tempos. Talvez um sinal convincente de que essa inquietação permanecerá na agenda de pesquisa ainda por um tempo seja o fato de que, mais recentemente, as próprias reflexões em torno dessa temática passaram, elas mesmas, a ser objeto crescente de elucubrações, não só no cenário internacional como também no Brasil⁴.

¹ Agradeço o parecerista anônimo da Revista *Teoria & Pesquisa* pelas valiosas sugestões e observações, as quais me ajudaram a tornar mais claro e preciso o argumento aqui desenvolvido. Este artigo foi originalmente produzido para o GT “Teoria Sociológica” do XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (Recife, 2007) e teve apoio da FAPEMIG.

² Doutor em Sociologia pela *The New School for Social Research* e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da *Universidade Federal de Uberlândia*, onde também é Diretor de Pesquisa do *Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (NUPECS)*.
Recebido em 03/2007. Aceito em 06/2007.

³ Norbert Elias, em texto originalmente publicado em 1987, parece ecoar de maneira exemplar esse cenário de inquietação em relação à tensão “ação – estrutura”, àquela altura já incorporado na agenda de pesquisa de uma série de autores: “é um erro aceitar sem questionamento a natureza antitética dos conceitos de ‘indivíduo’ e ‘sociedade’. O uso linguístico que nos inclina a fazê-lo tem data relativamente recente. Não nos traz nenhum mal questionar esse uso e demonstrar, através de algumas verificações pontuais, que esses conceitos não existem simplesmente como que por direito” (ELIAS, 1994: 129-30).

⁴ Um bom exemplo dessa “sociologia da sociologia da tensão *ação – estrutura*” pode ser encontrado no artigo de William H. Sewell, Jr (1992). No Brasil, inúmeras comunicações nos Grupos de Trabalho voltados à Teoria Sociológica tanto no âmbito da ANPOCS como no da SBS têm sistematicamente manifestado essa mesma preocupação. Ver, ainda,

Não deixa de ser interessante salientar que esses esforços de reflexão em torno do que chamo aqui de “tensão *ação – estrutura*” tenham se dado em concomitância à crescente percepção (digo percepção, e não mera constatação) de que as sociedades ocidentais contemporâneas acham-se em meio a transformações singulares que parecem por em risco a reprodução de padrões de sociabilidade há muito sedimentados e, por isso, tomados por certo. É legítimo, pois, afirmar que tal problemática começou a se apresentar como um item autônomo da agenda de pesquisa sociológica no momento em que a sociologia viu-se crescentemente tomada por preocupações quanto à sua própria capacidade de fazer frente a um conjunto de fenômenos sociais tidos como inéditos tanto em suas dinâmicas internas, por assim dizer, quanto em suas implicações⁵.

Desde já afirmo que me parece uma busca um tanto estéril, já que possivelmente fadada a uma circularidade sem fim, mensurar até que ponto essas transformações sociais (ou simplesmente suas multifacetadas percepções) encontram-se ou não na raiz das elucubrações atuais sobre a relação “ação – estrutura”. Um programa de pesquisa que de pronto se mostra mais promissor e até mesmo de maior interesse ao próprio campo da teoria sociológica consiste em inquirir a respeito das supostas novidades epistemológicas a partir das quais algumas das mais influentes propostas teórico-conceituais na sociologia contemporânea têm procurado equacionar tal relação. Explico-me: várias dessas propostas construíram sua legitimidade junto à comunidade científica precisamente sob o argumento de serem elas inovações teórico-conceituais necessárias frente à crescente percepção da insuficiência dos clássicos ante o alegado “ineditismo da dinâmica social contemporânea” — insuficiência esta por vezes codificada pela expressão um tanto quanto catastrófica “*crise dos paradigmas das ciências sociais*”. Nessa direção, passou-se a afirmar que tal ineditismo requeria não apenas uma reconsideração crítica daqueles mesmos clássicos mas, muito além disso, a elaboração de novos instrumentos analítico-interpretativos capazes de fazer frente aos “novos tempos”. Ora, apesar de reconhecer a originalidade de uma série desses aspectos que de fato sugerem certa singularidade à dinâmica atual das

o número especial da revista *Teoria & Pesquisa* (n. 38-39, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar) sobre essa mesma temática.

⁵ A percepção (a bem da verdade, multifacetada) dessas transformações ensejou a confecção de rótulos os mais variados para a captação de uma realidade social que, para muitos, se apresentava por demais inédita e, por conseguinte, carente de novos conceitos e chaves explicativas. Exemplo disso são as já consolidadas noções de “sociedade pós-industrial”, “crise do Fordismo”, “pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “Era da informação”, “fim das utopias” e, mais recentemente, as noções de “sociedade de risco” (Ulrich Beck), “modernidade líquida” (Zygmunt Bauman) e “modernidades múltiplas” (S. N. Eisenstadt), dentre outras.

sociedades modernas, a todo o momento que me volto aos empreendimentos teóricos mais recentes, uma questão não cessa de me fustigar: o quanto teriam essas novas propostas realmente se descolado das referências epistemológicas dos clássicos? Quão longe, em seu diálogo crítico com os clássicos e em seus esforços de construção de teoria, avançaram os contemporâneos em relação a eles?

PARA UMA CONSIDERAÇÃO CRÍTICA: CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS E A TENSÃO AÇÃO - ESTRUTURA

Não é meu propósito aqui adotar uma postura de defesa incondicional e irrestrita dos clássicos da sociologia, algo que me conduziria a reafirmar seu vigor explicativo e interpretativo diante dos fenômenos que ora se nos apresentam como inéditos. Igualmente, foge a minha intenção engajar-me numa espécie de apologia sistemática da sociologia contemporânea, acentuando suas qualidades e potencialidades. Sem sombra de dúvidas, haveria espaço para esses dois tipos de empreendimento: por um lado, ao mesmo tempo em que os clássicos mostram-se muito mais que meros ornamentos na história do pensamento social, há sempre a possibilidade de encontrarmos inconsistências e inadvertidas brechas em teorias contemporâneas que não cansam de alardear suas realizações. Por outro, é certamente do interesse do campo da teoria sociológica apreciar e reconhecer os méritos de novas construções teóricas, indicando seus possíveis usos e aplicações. No entanto, entendo haver uma maneira mais efetiva de tocar naquela questão que tanto me fustiga; essa maneira consiste em investigar *as bases epistemológicas sobre as quais se sustentam algumas das elucubrações sociológicas contemporâneas mais influentes em torno da tensão “ação – estrutura”*. O motivo é simples: acredito que tal reflexão possa jogar luz sobre as relações mais íntimas, por assim dizer, que propostas teóricas atuais mantêm com as construções clássicas.

Como se pode deduzir, a opção pela sondagem das bases epistemológicas não é de forma alguma aleatória: são elas os “andaimos e tijolos” das próprias construções teóricas, freqüentemente obscurecidos por fachadas portentosas que por vezes conduzem o observador desavisado a enxergar originalidade onde não há (TAVOLARO, 2005). Mas, cabe aqui mais uma advertência: novamente, seria um tremendo equívoco condenar *a priori* proposições contemporâneas sob o simplório argumento de serem elas meras repetições, sob fachadas ocas, de idéias há muito anunciadas. Há, sim, que se reconhecer suas contribuições, apreciar seus avanços e, mais importante, aplicá-los tendo em vista um conhecimento mais agudo de nossas sociedades. Para que mais serviriam tantas elucubrações? De qualquer maneira, restringir-me-ei aqui

especificamente ao problema que há pouco anunciei: quero investigar *em que medida o terreno epistemológico no interior do qual operam algumas das recentes tentativas de equacionar a tensão “ação – estrutura” difere ou não daquele em que se situavam o próprios clássicos*. Seriam, pois, não mais que roupagens novas para um velho dilema? Em outras palavras: seria justo qualificá-las como variações teóricas no interior de um mesmo discurso sociológico?

Para dar “nome aos bois”, esclareço que ao referir-me aos clássicos do pensamento sociológico, tenho em mente Marx, Weber e Durkheim (aos quais agrego Simmel), cujas proposições há muito ocupam posições nodais no imaginário sociológico internacional, servindo de referência e parâmetro para se pensar, explicar e interpretar os mais variados aspectos do padrão de sociabilidade amplamente visto como um tanto quanto peculiar às sociedades modernas⁶. Já, quando me remeto a algumas das proposições contemporâneas a respeito da tensão “ação – estrutura” que se mostram significativamente influentes no campo da sociologia teórica, refiro-me às elucubrações de Alain Touraine (e sua “teoria da subjetivação”), de Jürgen Habermas (e sua “teoria da ação comunicativa”), de Pierre Bourdieu (e sua “praxeologia”), de Anthony Giddens (e sua “teoria da estruturação”) e, finalmente, de Manuel Castells (e sua “teoria das redes”). Que fique bem claro: não é minha intenção imiscuir-me nas entranhas de cada uma dessas teorias para averiguar e discutir um a um seus conceitos e noções-chave. Não haveria espaço aqui para isso. A bem da verdade, se assim o quisesse, seria preferível ater-me a um único ou, no máximo, dois autores. Ao mesmo tempo, a tarefa que quero aqui realizar não deve ser considerada por demais ambiciosa: por um lado, trata-se de um olhar panorâmico voltado a autores que lograram “dar o tom” de parte significativa da teoria sociológica contemporânea; assim, ao contrário de diletantismo estéril, a ampliação do foco do olhar tem o propósito único de salientar que a tensão “ação – estrutura” ganhou considerável dispersão na agenda de pesquisa das últimas décadas, muito além desta ou daquela “escola de pensamento”⁷. Por fim, vale dizer que meu empreendimento tem um objetivo substancialmente estrito e pontual:

⁶ Obviamente, isso não implica em dizer que esses quatro autores esgotam tal discurso sociológico (que o digam Comte, Spencer, Tönnies, dentre outros). Uma vez mais, as escolhas que fiz justificam-se por serem eles figuras nodais nessa maneira específica de codificar a chamada “experiência moderna”.

⁷ Esse foi o aspecto mais determinante na escolha de Touraine, Habermas, Bourdieu, Giddens e Castells: eles não podem ser qualificados como pertencentes a uma mesma “escola de pensamento”, além de não poderem ser chamados de fiéis representantes da sociologia de um ou outro país. Some-se a isso o fato de que suas produções se deram em uma gama diversa de instituições e se estenderam por um período de mais de três décadas. Trata-se, pois, de um conjunto substancialmente *disperso* de autores e propostas teóricas no cenário sociológico internacional.

aludindo ao Foucault de *Arqueologia do Saber*, trata-se de averiguar se há ou não uma certa “regularidade na dispersão” que me legitimaria a identificar a existência de uma espécie de “formação discursiva” unindo clássicos e contemporâneos em torno do tratamento da tensão “ação – estrutura”⁸.

Eis a minha hipótese de trabalho: acredito haver uma tal “regularidade na dispersão” responsável por conectar clássicos e contemporâneos (ao menos aqueles que me proponho a investigar aqui) em torno do tratamento da tensão “ação – estrutura”. Isso não implica necessariamente em desconsiderar a ocorrência de inovações e avanços no pensamento sociológico contemporâneo; todavia, de acordo com minha hipótese, tais avanços teriam ocorrido no interior de um certo “campo discursivo” que pouco se alterou em relação àqueles clássicos. Tal campo é o que denomino aqui de “discurso sociológico hegemônico” a respeito da modernidade — em que Marx, Weber e Durkheim (além de Simmel e, certamente, outras figuras clássicas que não poderei abordar aqui) ocupam posições nodais — dentro do qual operam as sociologias de Touraine, Bourdieu, Habermas, Giddens e Castells, a despeito de suas irredutíveis especificidades. O que confere unidade a esse “discurso sociológico hegemônico” é um conjunto de pressupostos a respeito do que vem a ser o padrão de sociabilidade visto como peculiar às modernas sociedades quando confrontado a outros tipos de sociabilidade. Dessa feita, ao menos deste ponto de vista (e sem menosprezar as inovações de cada uma daquelas elaborações mais recentes), aquelas teorias que lograram “dar o tom” em parte significativa do pensamento sociológico atual são, em boa medida, apenas cinco novas roupagens para um velho problema.

Para dar início a essa tarefa, cuja pretensão é descortinar tal “relação íntima” entre clássicos e contemporâneos em torno da tensão “ação – estrutura”, investigarei, pois, as maneiras pelas quais os clássicos lidaram com esse velho problema. Antes, porém, algumas observações precisam ser feitas a respeito das escolhas bibliográficas acima indicadas. Os objetivos específicos do presente artigo impedir-me-ão de problematizar a produção do pensamento sociológico brasileiro seja em torno da relação entre clássicos e contemporâneos, seja no tocante ao problema da tensão “ação – estrutura”. Apenas a título de ilustração, o

⁸ Arelada à noção de “regularidades na dispersão”, onde se observa uma espécie de sistema em que certos temas, objetos, enunciados e conceitos apresentam-se fortemente conectados, Foucault (1972: 38) define *formação discursiva* da seguinte maneira: “Sempre que se pode descrever, dentre um número de enunciados, tal sistema de dispersão, sempre que, entre objetos, tipos de enunciado, conceitos ou escolhas temáticas, pode-se definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), falaremos, por uma questão de conveniência, que estamos lidando com um *formação discursiva* (...)”.

trabalho de Octávio Ianni (1996) parece-me exemplar da sensibilidade do pensamento social brasileiro às diversas relações que não cessam de serem tecidas entre os clássicos e os contemporâneos do pensamento social. Já, no que diz respeito à tensão “ação – estrutura”, há que se reconhecer a existência de autores contemporâneos nacionais cujas pesquisas apontam para tentativas de se incorporar essa problemática nas reflexões em torno das especificidades brasileiras (AVRITZER, 2002; COSTA & WERLE, 2000; DOMINGUES, 1999; SOUZA 2000)⁹. A despeito de sua crescente importância no imaginário sociológico brasileiro, o diálogo com esse corpo da literatura extrapolaria os limites estritos e a metodologia deste artigo, que se propõe realizar uma discussão bastante próxima, em certas circunstâncias propositalmente “colada”, de algumas das principais obras tanto dos clássicos como dos cinco autores do pensamento contemporâneo internacional acima indicados, a fim de investigar suas possíveis intersecções apenas e tão-somente em torno do problema da tensão “ação – estrutura”.

“AÇÃO – ESTRUTURA” E O DISCURSO SOCIOLÓGICO DA MODERNIDADE

Conforme afirmei nos primeiros parágrafos, a partir dos anos 1970, a tensão “ação – estrutura” foi deliberadamente trazida para o núcleo da agenda da pesquisa sociológica. Cabe aqui uma advertência: *deliberadamente*, vale dizer, não significa em hipótese alguma *originalmente*. Em primeiro lugar, há que se reconhecer ser este um problema teórico ao menos tão antigo quanto à longa tradição do chamado “pensamento ocidental”¹⁰. Em segundo lugar, além de anterior à sua ancoragem institucional, a tensão “ação – estrutura” desde sempre se mostrou determinante à formação disciplinar e ao desenvolvimento da sociologia. Talvez não seja um exagero afirmar que tal importância deveu-se (por

⁹ O tratamento do pensamento sociológico brasileiro ao problema da tensão *ação – estrutura* é, sem dúvida, uma rota de investigação bastante promissora e interessante. Nesse sentido, parece-me merecer um artigo científico à parte, dedicado especificamente a esse corpo da literatura.

¹⁰ Apesar de contribuição inestimável, a realização de uma espécie de arqueologia da tensão “ação – estrutura” nessa longa tradição intelectual seria tarefa virtualmente impossível para um único pesquisador, algo quase tão inesgotável quanto recobrar os feitos principais dessa mesma tradição. Para ficar em apenas um exemplo ilustre, ao versar sobre a anterioridade do Estado em relação à família e ao indivíduo, Aristóteles afirma que “o indivíduo, quando isolado, não é auto-suficiente; e dessa maneira ele é como uma parte em relação ao todo. Aquele que é incapaz de viver em sociedade, ou que não tem necessidade porque se basta a si mesmo, deve ser ou uma besta ou um deus”. *Política. Livro I*: 20. In Aristotle (1994: 4).

certo não exclusivamente) ao fato desta tensão jamais ter deixado de ser um dilema caro à própria identidade e legitimidade científico-institucional da sociologia¹¹: somente foi possível delimitar um tal campo disciplinar porque vingou a idéia de uma certa primazia do “social” frente ao “individual”, ao menos no tocante a algumas dimensões da experiência humana¹². Mas isso de forma alguma implicou na “solução” em definitivo do problema, ou seja, em nenhum momento se chegou a qualquer consenso, no interior dessa mesma sociologia, não somente quanto à medida dessa primazia como também em relação à extensão de cada um daqueles campos fenomênicos (o “social” e o “individual”). Daí a enorme variedade de tentativas de equacionamento da tensão “ação – estrutura”. O ponto que pretendo ressaltar neste item é o seguinte: a despeito de suas irredutíveis especificidades, *contornos epistemológicos comuns circunscreveram o tratamento que algumas das principais referências clássicas do pensamento sociológico deram àquela tensão*. A título de ilustração, remeto, pois, o leitor a algumas breves passagens das obras dos clássicos que revelam seus esforços de equacionamento do problema aqui em questão.

Começo por lembrar que em sua 6ª *Tese sobre Feuerbach*, Marx argumenta não haver uma essência humana abstrata inerente a cada indivíduo singular. Para ele, a chave está em ver tal essência como “o conjunto das relações humanas” (MARX, 1972a: 109). Na verdade, esse argumento apenas sintetizava o que o autor já anunciara em diferentes escritos, dentre os quais os *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*: uma crítica devastadora à toda e qualquer formulação que implicasse numa concepção “egoísta” da experiência humana. N’*A Ideologia Alemã*, essa postura reafirma a direção que os estudos de Marx em torno das “ancoragens materiais” da consciência já vinham indicando: a noção de que nada há de individual no cerne dessa consciência; ao contrário, ela “é, desde o início, um produto social, e permanece assim enquanto os homens existirem” (MARX & ENGELS, 1970: 51). A prioridade do “social” sobre o “individual” é, pois, justificada de maneira contundente.

Isso não quer dizer, porém, que a sociologia que se delineava em meio às reflexões filosóficas de Marx estivesse imune à tensão “ação –

¹¹ Que o digam, por exemplo, os insistentes esforços de Durkheim para diferenciar o campo de atuação da sociologia em relação à psicologia. Ver, por exemplo, um texto do autor publicado em 1909, “The contribution of sociology to psychology and philosophy” (DURKHEIM, 1982a).

¹² Ao menos nesse aspecto em particular, talvez não seja muita ousadia e pretensão postular que todas as tentativas no interior da sociologia de “resolver” a tensão “ação – estrutura” são, na verdade, diferentes maneiras seja de afirmar a primazia *tout court* da “estrutura” sobre a “ação”, seja de amenizar a inescapável preponderância do fator “sociedade” sobre o fator “indivíduo”.

estrutura”. Parece-me justo afirmar que um dos momentos em sua obra em que a tensão revela-se em toda sua plenitude seja a famosa passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Naquele trabalho, Marx afirma que:

“os homens fazem sua própria história, mas não o fazem conforme sua vontade; não o fazem sob circunstâncias de sua própria escolha, mas em circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo no cérebro dos vivos. E exatamente quando eles parecem engajados em revolucionar a si mesmos e as coisas, em criar algo inteiramente novo, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles ansiosamente conjuram, a seu serviço, os espíritos do passado, emprestando seus nomes, seus *slogans* de batalha e seus hábitos a fim de apresentar a nova cena da história mundial (...)” (MARX, 1972c: 437).

Já as preocupações de Émile Durkheim em torno da tensão “ação – estrutura” mostram-se de maneira cristalina em um pequeno texto de 1914. No ponta-pé inicial daquele trabalho, Durkheim argumenta que apesar de se definir como “a ciência das sociedades”, não é possível à sociologia lidar com seus objetos imediatos de investigação (os *grupos humanos*) sem fazer frente àquilo que é “o elemento básico de que esses grupos são compostos”, a saber, o *indivíduo*. E ao tentar mostrar do que é feito este “elemento básico dos grupos humanos”, o autor retoma o que chama de “a velha fórmula *homo duplex*”:

“Longe de ser algo simples, nossa vida interior possui algo como um duplo centro de gravidade. De um lado está nossa individualidade — e, mais particularmente, nosso corpo no qual está baseada; de outro está tudo em nós que expressa algo além de nós mesmos” (DURKHEIM, 1973: 152).

De acordo com Durkheim, além de diferentes em suas origens e propriedades, esses dois aspectos do *homo duplex* são antagônicos e contraditórios: um somente pode firmar-se ao preço do sofrimento do outro. Ao mesmo tempo, contudo, não há a possibilidade da eliminação total de um pelo outro pois “nós somos feitos de duas partes”, uma delas “puramente individual e enraizada em nossos organismos, a outra social e nada mais que uma extensão da sociedade” (DURKHEIM, 1973: 162). Na definição que propõe para o que entende ser o objeto por excelência da sociologia, o autor proporciona uma clara indicação da direção de seu equacionamento da tensão “ação – estrutura”. Ao apresentar os *factos sociais* como “maneiras de agir, pensar e sentir externas ao indivíduo, que são investidas com um poder de coerção em virtude do qual exercem controle

sobre ele” (DURKHEIM, 1982b: 52), a ênfase no pólo “estrutura” mostra-se evidente.

Quanto a Max Weber, sua abordagem a respeito dessa problemática encontra-se bem sintetizada em seu esforço de definição conceitual de algumas de suas unidades teóricas elementares. Para Weber, “podemos falar em ‘ação’ na medida em que o indivíduo-agente atribui um significado subjetivo a seu comportamento — seja ele aberto ou não, seja omissão ou aquiescência” (WEBER, 1978a: 4). Vale dizer, a simples “atribuição de significado” não é suficiente para tornar “social” um evento humano. O mesmo pode ser dito não só sobre a mera interação casual de dois ou mais seres humanos (a colisão de dois ciclistas ou a reação conjunta de uma multidão de pessoas a um mesmo fenômeno não é por si objeto da sociologia) como também em relação à simples imitação (em que se observa a adoção mecânica de comportamentos por parte de uma ou mais pessoas). Na verdade, a peculiaridade da sociologia compreensiva de Weber (como ele mesmo salienta, em meio a tantos outros empreendimentos sociológicos) decorre da confluência que propõe entre, de um lado, *significação subjetiva* e, de outro, *comportamento de outros*. É esta a chave para se compreender a maneira pela qual sua sociologia ronda a tensão “ação – estrutura”:

“A ação é ‘social’ na medida em que seu significado subjetivo leva em consideração o comportamento de outros e é assim orientado em seu curso” (WEBER, 1978a: 4).

Já, “o termo ‘relacionamento social’ será utilizado para denotar o comportamento de uma pluralidade de atores na medida em que, em seu conteúdo de significado, a ação de cada um leva em consideração a ação de outros e é orientada nesses termos” (WEBER, 1978a: 26).

Ora, é exatamente isso que, segundo o autor, torna as coletividades humanas tão peculiares em relação seja às coletividades animais, seja a outras “totalidades” (organismos ou conjuntos de células): a despeito de se desenrolar em meio a coletividades, a “[a]ção, no sentido de orientação de comportamento passível de ser subjetivamente compreendida, existe somente enquanto comportamento de um ou mais seres humanos *individuais*” (WEBER, 1978a: 13). Daí o foco de seu olhar sociológico ser a “ação humana individual”, sem que isso implique em borrar as fronteiras entre a sociologia e a psicologia.

Por fim, gostaria de remeter o leitor a algumas reflexões de Georg Simmel. Suas elucubrações e experimentos teóricos em direção à elaboração de uma “sociologia formal” manifestam a resistência do autor em proporcionar qualquer solução duradoura para a tensão “ação –

estrutura”. De acordo com ele, “a sociedade existe onde um número de indivíduos entra em interação. Essa interação sempre emerge sobre a base de impulsos ou tendo em vista certas finalidades. Impulsos eróticos, religiosos, ou meramente associativos; e propósitos de defesa, ataque, jogo, ganho, ajuda, ou instrução” (SIMMEL, 1971a: 23). É isso o que, para Simmel, faz com que os homens vivam entre si e ajam entre, com, e contra eles mesmos. A natureza democrática da sociabilidade (que, por certo, tem mais probabilidade de ocorrer dentro de um mesmo estrato social) deve-se ao fato de que, em situações de interação, os indivíduos esforçam-se para eliminar tudo aquilo que é exterior à própria sociabilidade (como é o caso de especificidades pessoais). Daí o caráter “artificial” de toda interação social.

Isso não quer dizer, porém, que a tensão “ação – estrutura” seja neutralizada pela tendência democratizante que permeia as interações sociais. Conforme Simmel,

“A sociedade esforça-se para ser um todo, uma unidade orgânica da qual os indivíduos devem ser seus meros membros. A sociedade pede ao indivíduo que ele empregue toda sua força a serviço da função especial que ele deve exercer como um membro; pede que ele se modifique a fim de tornar-se o veículo mais ajustável para essa função. Contudo o impulso em direção à unidade e totalidade característico do próprio indivíduo rebela-o contra esse papel. O indivíduo esforça-se para se completar em torno de si mesmo, não apenas para completar a sociedade. Ele se esforça para desenvolver suas capacidades plenas, independentemente das mudanças que os interesses da sociedade podem pedir. Esse conflito entre o todo (...) e a parte (...) é insolúvel. Nenhuma casa pode ser construída de casas, mas somente de pedras especialmente formadas; nenhuma árvore pode crescer a partir de árvores, mas apenas a partir de células diferenciadas” (SIMMEL, 1964a: 59).

Ora, a despeito de suas irredutíveis especificidades, é notória a existência de uma base epistemológica compartilhada sobre a qual repousam os tratamentos que os clássicos dedicaram à tensão “ação – estrutura”; tal base apresenta-se como uma espécie de território cognitivo comum no interior do qual se consolida um certo “imaginário sociológico” a respeito da modernidade. Vejamos: enquanto Marx (1975) chamou atenção para a separação entre sociedade civil e política como um dos resultados do longo processo de divisão social do trabalho que veio a culminar naquele cisma supremo peculiar à sociedade burguesa (MARX, 1970), Durkheim (1997) se deteve às minúcias do tipo de solidariedade (a orgânica) que, segundo o autor, veio a se tornar preponderante como fator de agregação social na esteira do crescente processo de complexificação

das sociedades industriais. Ao mesmo tempo, tanto a imagem da “guerra entre os vários deuses” como a da “multiplicação de círculos de sociabilidade” revelam que ambos Weber (1978a) e Simmel (1964b) claramente comungaram dessa mesma idéia-força presente em Marx e Durkheim: a de que a sociabilidade moderna tem como um de seus pilares centrais a ampla e extensa *diferenciação* (ou *complexificação*) dos vários âmbitos sociais, pela qual esferas de sociabilidade as mais variadas constituem-se e dinamizam-se em torno de funções e tarefas específicas. Portanto, de acordo com esse discurso sociológico, é somente com a modernidade que faz sentido falar em uma dimensão econômica diferenciada de uma dimensão política, de uma esfera cultural, de âmbitos religiosos, e assim por diante, por mais que se atribua importância especial a qualquer uma dessas esferas na dinâmica do social.

Chama também atenção a confluência desses autores em torno da idéia segundo a qual as sociedades ocidentais contemporâneas se constituem ao cabo de um longo e amplo processo de *des-traditionalização* (ou de “desencantamento do mundo”, como queria Max Weber). A despeito da reputação de Weber como sendo o sociólogo por excelência da “racionalização”, Marx (1972b: 337-38) dizia ter cabido à burguesia a missão de livrar-nos das “mais celestiais êxtases de fervor religioso”, razão pela qual, segundo o autor, na sociedade burguesa, não só tudo o que é sólido desmancha no ar, mas também “tudo o que é sagrado é profanado”. Nessa mesma direção, ao mesmo tempo em que Durkheim (1995: 429) argumentava que “os antigos deuses estão envelhecendo ou morrendo, enquanto outros ainda não nasceram em seu lugar”, Simmel (1971b: 389) sugeria que “as formas que objetivam e direcionam o sentimento religioso mostram-se inadequadas para a vida contemporânea”. Dessa maneira, pode-se afirmar com segurança que esse discurso sociológico tem na *secularização* dos mais variados âmbitos da dinâmica social um segundo pilar central da sociabilidade moderna, um processo cuja intensidade, extensão e impactos são assumidos como inéditos na experiência humana.

Finalmente, a leitura dos clássicos revela-nos uma notável convergência em direção à noção de que, paralelamente à *complexificação* e *secularização sociais*, observa-se uma crescente *separação de âmbitos públicos e privados* atrelada a um também inédito processo de *individuação*. Ora, o teor da crítica de Marx à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* vai exatamente nessa direção: segundo o autor, os direitos do homem nada mais são do que os direitos “do homem egoísta, do homem separado de outros homens e da comunidade” ou seja, de “uma mônada isolada e recolhida em si mesma” (MARX, 1975: 229). É essa mesma idéia-força que subjaz as reflexões de Durkheim (1996) em torno dos desafios de uma ordem moral em uma sociedade cada vez mais permissiva às preferências

individuais, ou ainda que leva Weber a salientar a importância da separação, nas sociedades modernas, entre a legalidade pública e a legalidade privada (1978b). Por fim, está aqui também uma das fontes de motivação das observações de Simmel (1971) a respeito dos vários “tipos sociais” que colorem o cenário moderno: o estranho, o pobre, o avaro, a prostituta e o aventureiro.

Que fique bem claro: não é minha pretensão obscurecer as variações de tratamento observadas em cada um dos clássicos; por certo, ainda que em todos os casos acima considerados o “social” tenha uma espécie de *primazia em última instância* sobre o “individual”, há indisfarçáveis diferenças de ênfase em cada um dos lados da equação, com implicações teóricas bastante peculiares¹³. Contudo, o que quero salientar é exatamente o que se segue: no discurso sociológico clássico da modernidade (exemplificado pelos autores aqui trabalhados), as elucubrações em torno da tensão “ação – estrutura” permanecem encapsuladas no interior do tripé *Diferenciação social ↔ Secularização da dinâmica social ↔ Individuação (separação público-privado)*. Dessa feita, nas diferentes tentativas de equacionamento da tensão “ação – estrutura” no interior desse discurso sociológico, a despeito das notórias variações de ênfase, o movimento pendular entre “sociedade” e “indivíduo” vê-se delimitado (constrangido) por cada uma dessas três “balizas”, que se apresentam nesse “imaginário sociológico” como três dos principais pilares do padrão da sociabilidade moderna. A questão que me proponho investigar a seguir é: *em que medida essa episteme permanece ativa nas tentativas contemporâneas de equacionamento do problema aqui em questão?*

VARIAÇÕES EM TORNO DE UM MESMO TEMA: “AÇÃO” E “ESTRUTURA” NA TEORIA CONTEMPORÂNEA

I – Touraine, Habermas e Giddens: a reflexividade em questão

O posicionamento de Alain Touraine em relação à tensão “ação – estrutura” é sugerida de pronto na maneira como define “sociedade”: trata-se, para ele, de “um conjunto hierarquizado de *sistemas de ação*, isto é, de relações sociais entre atores que possuem interesses conflitantes mas que pertencem a uma mesma esfera social e dessa forma compartilham certas orientações culturais” (TOURAINÉ, 1981: 25). Suas contribuições teóricas vinculam-se à percepção de que as principais sociedades ocidentais, ao atingirem o que chama de “estágio pós-industrial”, se tornaram

¹³ É óbvio, pois, que enquanto as sociologias de Marx e Durkheim claramente acentuam o pólo *estrutural* da equação, as propostas de Weber e Simmel tendem a amenizá-la ao dedicar atenção especial ao pólo da *agência*.

“sociedades programadas” por excelência. Segundo o autor na medida em que a produção de bens simbólicos torna-se mais relevante na dinâmica social do que a tradicional produção de bens materiais, a contradição capital – trabalho deixa de ocupar o centro da dinâmica sócio-política, neutralizando, com isso, a proeminência que as lutas entre classes sociais gozaram por um longo período. Nesse exato sentido, Touraine (1981) argumenta ser “a luta pelo controle da historicidade”, isto é, pelo controle das orientações culturais da sociedade, aquela que passa a ocupar lugar de centralidade na dinâmica social e política contemporânea.

Vale dizer, o termo “sociedade programada” não tem por implicação uma situação em que a dinâmica social esteja ou aprisionada ou pré-definida por estruturas inflexíveis que, tal qual no estágio industrial, escapariam ao controle daqueles que dela fazem parte. Pelo contrário, segundo Touraine, a obsolescência dos clássicos da sociologia se evidencia e se acentua com o advento da sociedade pós-industrial exatamente pelo fato de suas teorias terem confiado, de uma forma ou de outra, na existência de uma espécie de ordem meta-social que transcendia a dinâmica dos agentes sociais. Para o autor, a indeterminação própria das lutas em torno das orientações culturais faz com que concepções deterministas e evolucionistas, que teriam atravessado o pensamento sociológico clássico de ponta-a-ponta, deixem de fazer qualquer sentido no cenário contemporâneo daquelas sociedades. A famosa passagem do *18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx (“os homens fazem sua própria história, mas não conforme sua vontade...”) é, pois, propositadamente subvertida por Touraine em favor da noção segundo a qual a sociedade pós-industrial define-se fundamentalmente pela sua “capacidade de agir sobre si mesma”: trata-se de enfatizar que o fazer da história abre-se ao controle dos próprios atores sociais em intensidade jamais vista. A opção de Touraine, ao menos para pensar a dinâmica das sociedades ocidentais avançadas é, portanto, claramente em favor do pólo “ação” em detrimento da “estrutura”.

Nessa exata direção, em *O retorno do ator*, Touraine (1988) salienta que os movimentos sociais tornaram-se os atores sociais por excelência das sociedades programadas. Tais atores vale dizer, colocam-se em luta não pelo controle dos meios de produção (como era o caso dos movimentos dos trabalhadores) mas, sim, pelo “controle da historicidade”, ou seja, pela definição de orientações culturais. Isso significa que, ao se constituírem em lutas em torno de valores culturais, em vez de operarem no interior do sistema político tradicional, os movimentos sociais levantam-se precisamente “contra a crescente concentração de poder e contra a penetração dos aparatos de tomadores de decisão em todos os aspectos da vida social e cultural” (TOURAINÉ, 1988: 151). Daí que, em detrimento

da disputa pelo controle do Estado, voltam suas energias combativas à defesa do indivíduo, das relações interpessoais, das minorias, e outras bandeiras simbólicas similares.

É em *Crítica da Modernidade* que tal proposta apresenta contornos mais acabados com a formulação da noção de “subjetivação”: trata-se da idéia conforme a qual em um estágio mais avançado da modernidade, a racionalização (tão característica das sociedades ocidentais) vê-se acompanhada por crescentes processos de “emergência do *Sujeito*”¹⁴. Assim, de acordo com Touraine, seria equivocado não só reduzir a modernidade única e exclusivamente à noção de racionalidade como também subsumir a noção de “ator social” à idéia de “ação racional”. É certo que, por um lado, processos de racionalização implicaram no aumento da centralização administrativa e na otimização produtiva. No entanto, tais processos estão longe de abarcar as múltiplas facetas da experiência moderna. Daí aquilo que denomina de *subjetivação*: trata-se daquelas instâncias do social em que se observa a busca do “controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes de sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator” (TOURAINÉ, 1994: 219-20). Nesse sentido, para o autor, “a história da modernidade será sempre o diálogo sem compromisso possível entre a racionalização e a subjetivação” (TOURAINÉ, 1994). É com esses termos que Touraine pretende equacionar a tensão “ação – estrutura” em meio às particularidades do cenário social contemporâneo.

O papel central dos processos de racionalização na dinâmica social contemporânea, como bem sabemos, é uma noção igualmente cara às intenções de Jürgen Habermas de revitalizar a teoria crítica. Nessa direção, a *teoria da ação comunicativa* propõe-se mostrar que, em vez de suas próprias contradições internas tê-la conduzido a um “beco sem saída” — conclusão a que chegara a 1ª geração da Escola de Frankfurt —, a modernidade apresenta-se ainda como um projeto inacabado, repleto de potencial emancipatório. O desafio teórico de Habermas consiste exatamente em revelar que o aprofundamento da complexificação e secularização sociais, processos tão peculiares às sociedades modernas, não se deram ao preço da autonomia do indivíduo. Na verdade, segundo o autor, é também em decorrência deles que planos de vida individuais encontram espaço para se fazerem valer em meio a uma dinâmica que em larga medida foge cada vez mais às suas possibilidades de controle.

¹⁴ Touraine (1994: 243) argumenta que “A secularização não é a destruição do sujeito, mas sua humanização. Ela não é somente desencantamento do mundo, ela é também reencantamento do homem (...)”.

A bem da verdade, o projeto que culminaria no final dos anos 1970 já havia sido anunciado em *Mudança estrutural da esfera pública*¹⁵. Naquele trabalho, ao investigar as raízes da esfera pública burguesa, Habermas lança mão da idéia segundo a qual o processo argumentativo traz em si um potencial emancipatório à pessoa privada, que em suas origens burguesas fora experimentado essencialmente como um debate público envolvendo pessoas duplamente privadas (ou seja, participantes da economia de mercado e indivíduos resguardados na intimidade do âmbito familiar). Salientava, porém, que açoitada tanto pela produção e difusão de informações de massa (elas mesmas tornadas mercadorias) como pela ampliação dos âmbitos de atuação do aparato estatal (por meio de políticas de bem-estar) e das grandes corporações (que passaram a cumprir funções públicas), a esfera pública burguesa perdeu boa parte daquele potencial que se anunciava em suas origens liberais (HABERMAS, 1996b).

Ao longo dos anos 1970, em uma série de trabalhos (alguns deles reunidos no livro *Communication and the Evolution of Society*) nos quais devotou atenção especial ao pragmatismo, à ética do discurso, e às transformações da moralidade (Habermas 1996b), o autor deu traços definitivos ao seu projeto intelectual, finalmente sistematizado no início dos anos 1980 com a publicação dos dois volumes de *Teoria da Ação Comunicativa*. Os problemas de fundo tratados em *Mudança estrutural ...* continuaram a permear a obra: as promessas da modernidade, o papel do estado de bem-estar social, o perfil da esfera política das sociedades capitalistas avançadas, as possibilidades de emancipação nas sociedades contemporâneas, dentre outros. Mas naquele momento, o equacionamento da tensão “ação – estrutura” ganhou novos contornos. São as noções de *sistema* e *mundo da vida* que passam a definir os parâmetros a partir dos quais a dinâmica social contemporânea é interpretada: a primeira delas permite ao autor analisar a sociedade a partir do ponto de vista do observador externo, enquanto a segunda lhe possibilita um olhar fenomenológico, isto é, uma perspectiva dos próprios agentes.

Habermas (1984 e 1987) lança mão, pois, de uma concepção dual da sociedade moderna, cuja dinâmica é vislumbrada como palco onde coexistem duas lógicas sociais distintas. A dimensão *sistêmica* é aquela em que se desenrolam as tarefas político-administrativas e de reprodução material da vida social. O *mundo da vida*, por sua vez, é tido como o cenário por excelência de processos de reprodução cultural, integração social, socialização e construção de identidades, todos eles linguisticamente mediados. É esta, para Habermas, a chave para se compreender a

¹⁵ Trabalho apresentado como “tese de habilitação” do autor, originalmente publicado em 1962.

peculiaridade moderna: na medida em que as sociedades se complexificam e se racionalizam, sistema e mundo da vida não só se desacoplam um em relação ao outro, mas também se diferenciam internamente. Os âmbitos sistêmicos se especializam em duas direções distintas, a saber, o aparelho do Estado (poder) e o mercado (dinheiro). Nos dois casos, prevalece a racionalidade instrumental (meio-fins), ou seja, neles, os indivíduos agem de forma a maximizar suas possibilidades de consecução de fins; nesses mesmos âmbitos, os agentes são constrangidos e delimitados por estruturas e regras pessoais.

Já a racionalização do mundo da vida implica na marginalização e fragmentação de concepções de mundo tradicionais religiosas em favor de uma moral de tipo pós-convencional erguida sobre princípios altamente generalizados e abstratos. Na medida em que referências tradicionais cognitivas e normativas se pulverizam, os processos de produção e reprodução cultural, de integração social e de construção de identidades passam a se desenrolar a partir da racionalidade comunicativa e procedimental. Com isso, em condições ótimas, é a força do melhor argumento que tende a prevalecer, em detrimento de referências mágico-tradicionais. Para Habermas, está exatamente aqui o potencial emancipatório que faz da modernidade um projeto ainda por se realizar em sua plenitude: quanto mais racionalizados e secularizados os contextos sociais, mais desimpedida a racionalidade comunicativa e, por conseguinte, maiores as possibilidades de “ação” (e de realização de projetos e planos de vida individuais) em detrimento de “estruturas” culturais e normativas pré-estabelecidas. Mas, obviamente, nem tudo são flores: tais promessas emancipatórias vêm-se na impossibilidade de serem cumpridas quando as esferas sociais sistêmicas transbordam seus âmbitos de ação e passam a “colonizar o mundo da vida”. Esse é o caso quando, por exemplo, ocorrem interferências do mercado e das políticas estatais nos processos de reprodução cultural, integração social e constituição de identidades. Os movimentos sociais e outras associações da sociedade civil são, para Habermas (1999), exatamente um tipo de reação do mundo da vida à colonização sistêmica, uma tentativa de preservar a lógica da razão comunicativa em um tipo de dinâmica social onde a lógica sistêmica revela-se tão poderosa e intrusiva. Dessa maneira, essa elegante construção teórica salienta que “ação” e “estrutura” jamais deixam de se fazer presentes em todos os âmbito das sociedades modernas contemporâneas.

Por meio de sua *teoria da estruturação*, Anthony Giddens coloca-se a tarefa de superar um certo dualismo que o autor afirma permear boa parte do pensamento sociológico; trata-se, segundo ele, do dualismo que se estabelece entre, de um lado, abordagens que tendem a sobre-enfatizar a dimensão estrutural da realidade social (caso do estruturalismo e do

funcionalismo) — definidas por ele com o termo *objetivismo* — e, de outro, aquelas (caso da fenomenologia e outras concepções de cunho hermenêutico) que acentuam de maneira excessiva a dimensão da agência humana — denominadas com o termo *subjetivismo*. Giddens afirma querer desmontar a imagem de que as estruturas são exteriores às ações humanas e se reproduzem ao se impor sobre os agentes independentemente (ou mesmo a despeito) de suas consciências. A “teoria da estruturação se baseia na premissa de que tal dualismo deve ser reconceptualizado como uma dualidade – a *dualidade da estrutura*” (GIDDENS, 1984). Conforme o autor, tal *dualidade* implica no fato de que: 1) a constituição de agentes e estruturas não pode ser entendida como dois conjuntos independentes de fenômenos uma vez que as estruturas são em boa medida mais internas do que externas às atividades dos indivíduos. Daí, para ele, o equívoco de se conceber “estrutura” única e simplesmente como um *constrangimento* na medida em que ela é ao mesmo tempo *capacitadora* (a despeito de escapar ao controle de atores individuais); 2) a vida social possui uma natureza recursiva pela qual as estruturas sociais recriam-se a si mesmas através dos próprios recursos que a constituem e por meio das próprias regras de comportamento e ação que apresentam aos agentes (GIDDENS, 1984)¹⁶.

Central para essa concepção de “estrutura” é a *reflexividade* da ação humana: segundo Giddens, os agentes sociais têm pleno conhecimento de suas ações cotidianas, ou seja, eles sabem de maneira tácita não só o que fazem em seu dia-a-dia como também o porquê de o fazerem (ainda que a maior parte de suas motivações permaneça no nível do inconsciente). Uma das razões, pois, do caráter *recursivo* da dinâmica social é precisamente o fato dos agentes monitorarem reflexivamente suas ações. Mas, vale dizer, mais que discursivo, trata-se de um conhecimento prático, de uma consciência prática, que em muitos casos não consegue ser verbalizado. Isso significa que as estruturas sociais só são passíveis de se reproduzir na medida em que são conscientemente ativadas por agentes que, por sua vez, imprimem suas marcas naquelas mesmas estruturas (GIDDENS, 1991a)¹⁷.

¹⁶ Giddens (1984: 23) define *estrutura* como sendo “recursos (implicados em tarefas de coordenação e comando de agentes humanos e de alocação e controle de produtos materiais) e *regras* (elementos normativos e códigos de significação que funcionam como técnicas e procedimentos aplicados na reprodução social) recursivamente envolvidos na reprodução social e organizados como propriedades de sistemas sociais”.

¹⁷ O conhecimento que os agentes (vistos como teóricos sociais de suas vidas cotidianas) possuem de sua história é, pois, parte fundamental da “realidade social”. Daí a importância da noção de *dupla hermenêutica*, que diz respeito às implicações interpretativas das relações mútuas entre cientistas sociais e aqueles que constituem seus objetos de estudo. Mas, para não cair na armadilha “voluntarista”, conforme a qual “a sociedade é simples resultado das intenções dos agentes”, Giddens (1984) atribui peso considerável às *consequências não-pretendidas das ações*, cuja importância aumenta na exata proporção em que

Tempo e espaço mostram-se também noções essenciais na tentativa empreendida por Giddens para superar o “dualismo da estrutura”: para ele, as propriedades estruturais dos sistemas sociais existem somente na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas ao longo do tempo e do espaço. Não existe, portanto, ação humana nem estruturas sociais que não sejam posicionadas no espaço e situadas no tempo. Assim sendo, a estruturação de instituições pode ser compreendida em termos das maneiras pelas quais atividades sociais se estendem através do *tempo* e do *espaço*, isto é, das formas como elas se rotinizam ao longo dessas duas dimensões. Daí a importância também da noção de *rotinização*: já que as estruturas sociais somente existem enquanto tais na medida em que são ativadas por agentes cientes do que fazem, os processos de reprodução e transformação estrutural encontram-se intimamente vinculados ao posicionamento dos indivíduos no fluxo do dia-a-dia, à duração da vida dos agentes, e à temporalidade institucional. Totalidades sociais existem enquanto tais na medida em que são rotinizadas, reproduzidas cotidianamente. Isso significa que não só reprodução mas também transformação social encontram-se visceralmente atrelada à “natureza situacional das interações sociais”, ou seja, no fato de que tais interações são espacialmente localizadas e temporalmente delimitadas.

Entender as sociedades modernas através desse instrumental analítico requer a consideração do *princípio estrutural* que as organizam e articulam suas instituições ao longo do tempo – espaço, a saber, a *separação Estado – economia*. Diferentemente das sociedades tribais, nas quais prevalecem situações de co-presença, as sociedades modernas são o palco de uma marcante diferenciação entre *integração social* e *integração sistêmica*, ou seja, de instituições em que prevalecem relações face-à-face em relação àquelas organizadas em torno de conexões de ausência física no tempo e no espaço. Em tais sociedades, caracterizadas por alto grau de complexidade e forte diferenciação (entre a ordem simbólica, instituições políticas, instituições econômicas, e instituições legais), instituições caracterizadas por integração sistêmica tornam-se mais proeminentes do que nas sociedades tribais (em que integração sistêmica e social permanecem conectadas) (GIDDENS, 1991b). Paralelamente à aguda diferenciação entre integração sistêmica e social, observa-se nas modernas sociedades processos de desencaixe entre as dimensões “tempo” e “espaço” (e seu posterior re-encaixe a partir de novas formas e instituições): ambos tornam-se cada vez mais de-substancializados e abstratos e capacitados a regular atividades as mais diversas,

se estendem as cadeias de interação social (na esteira do processo de desencaixe tempo-espaço).

independentemente de seus conteúdos. Com isso, a reprodução social em condições modernas deixa de ocorrer de forma tão localizada (“lugares concretos”) para se dar em “espaços vazios” (“fantasmagóricos”) menos passíveis de serem caracterizados através de atributos físicos. Quanto mais modernos, mais virtuais se tornam os espaços de interação e reprodução/transformação social. Simultaneamente, ganham importância os *sistemas peritos* (sistemas de excelência técnica e profissional que removem os contatos diretos entre indivíduos) e suas *fichas simbólicas* (tais como dinheiro e poder, são meios de intercâmbio desconectados de contextos e situações concretas) nos processos de desencaixe temporal-espacial e, posteriormente, de re-encaixes em sistemas abstratos, que enfrentam o desafio de proporcionar sentimento de confiança em situações marcadas pela ausência de contatos face-à-face, ou seja, situações não mais caracterizadas por co-presença (GIDDENS, 1991b).

Assim, na modernidade, a reflexividade (e, conseqüentemente, a monitoração da ação) não é mais remetida a estoques tradicionais de saber; ela é introduzida na própria base da reprodução das instituições de tal forma que a rotinização do cotidiano deixa de estar intrinsecamente vinculada ao passado. Tal ambiente mostra-se solo fértil ao florescimento da intimidade (GIDDENS, 1993). É pois na modernidade que a relação “ação – estrutura” parece atingir um tensionamento máximo: por um lado, as estruturas sociais ganham extensão temporal – espacial cada vez maior e mais abstrata; mas, por outro, os responsáveis por sua reprodução são agentes que, apesar de dotados de inigualável grau de reflexividade e de capacidade de monitoração de suas ações, encontram-se crescentemente ausentes daquelas mesmas estruturas sociais.

II – Bourdieu e Castells: ação – estrutura entre “campos” e “redes”

Já as noções de *campo* e *habitus* sintetizam de maneira bastante fiel as tentativas levadas a cabo por Pierre Bourdieu para equacionar a tensão “ação – estrutura”. Vale dizer, em diversas oportunidades, Bourdieu salientou sua preocupação em evitar duas armadilhas: a de uma visão por demais *objetivista*, de um lado, e a de uma perspectiva exageradamente *subjetivista*, de outro. De acordo com o autor, no primeiro dos casos, o mundo social é concebido de forma tal que relações objetivas são vistas como prioritárias na estruturação das práticas sociais e de suas representações (BOURDIEU, 1983). No segundo caso, a ênfase recai indevidamente sobre “as experiências primeiras e familiares” que permeiam as escolhas dos sujeitos (BOURDIEU, 1990). A superação desse antagonismo, segundo o autor, pressupõe “uma objetificação crítica das condições epistemológicas e sociais que tornam possível tanto um retorno

reflexivo à experiência subjetiva do mundo como a objetificação das condições objetivas daquela experiência” (BOURDIEU, 1990a: 25). Precisamente nesse sentido, Bourdieu frisa o caráter *relacional* de seu empreendimento em detrimento de concepções que lidam com a dinâmica social como o resultado seja de interações entre agentes, seja como laços intersubjetivos entre indivíduos (BOURDIEU, 1990b)¹⁸. É isso o que pretende realizar sua *praxeologia*: investigar “não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre as estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU, 1983: 47).

Assim, “ação” e “estrutura” ganham cor nas maneiras como Bourdieu constrói e manipula os conceitos de *campo* e *habitus*. O *campo* é concebido como “uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições diversas. Essas posições encontram-se objetivamente definidas, por um lado, pela situação presente ou potencial na estrutura da distribuição do tipo de poder (ou *capital*) cuja posse comanda acesso a vantagens específicas que estão em jogo em um dado campo e, por outro, pela posição de um certo agente ou instituição em relação a outros (relação de dominação, subordinação, homologia, entre outras)” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992: 97). Já, *habitus* é apresentado como um “sistema de disposições”, “um esquema de percepção, apreciação e ação que resulta da instituição do social no corpo do indivíduo biológico” (BOURDIEU, 1996). Está aí, pois, o caráter relacional que o autor atribui a seu empreendimento sociológico: a noção de *habitus* pretende mostrar que o funcionamento do *campo* só é possível na medida em que suas regras, lógicas, regularidades e necessidades encontram-se impregnadas no corpo e na prática dos agentes. Para Bourdieu, não se trata de mera reprodução dos postulados estruturalistas na medida em que os agentes possuem um *sensu prático* (por certo, socialmente construído) ao se movimentarem no interior do campo. Portanto, por um lado, a noção de *habitus* é uma tentativa de afastar a concepção segundo a qual os agentes reproduzem mecanicamente estruturas que se constituem e têm significado exteriormente a eles. Mas, por outro lado, trata-se também de mostrar o equívoco da idéia de que os agentes são entes racionais e calculistas em busca de objetivos livre e autonomamente escolhidos (a partir de estratégias estabelecidas exclusivamente por eles mesmos). Dessa forma, ao mesmo tempo em que

¹⁸ Aliás, Bourdieu salienta preferir o termo “agente” em detrimento das noções de “ator” e “sujeito” por entender que essas duas últimas, apesar de serem socialmente construídas, são frequentemente naturalizadas (BOURDIEU & WACQUANT, 1992).

o *campo* “estrutura” o *habitus*, cabe ao *habitus* contribuir para constituir o *campo* como um “mundo dotado de significados”.

Bourdieu entende que, em contextos sociais altamente diferenciados, como é o caso das sociedades modernas, o cosmos social é constituído por um grande número de campos que se dinamizam como uma espécie de microcosmos sociais relativamente autônomos, isto é, como espaços de relações objetivas cada qual com sua lógica, regras, regularidades e necessidade próprias. Esse é o caso, por exemplo, do *campo* artístico, do *campo* religioso, do *campo* econômico, dentre outros¹⁹. Em se tratando de um espaço social em que se consolidam diferentes posições (por sua vez definidas pelas relações que os agentes estabelecem entre si), os *campos* são vistos como permeados e mesmo constituídos por relações de poder. É por isso que, segundo o autor, “os *campos* são sempre *campos de lutas*”, em que agentes se confrontam para alcançar posições de destaque e, freqüentemente, de monopólio de bens (políticos, sociais, culturais, econômicos, religiosos, simbólicos, etc.).

A noção de *capital* revela-se, pois, central à maneira como o autor equaciona a tensão “ação” – “estrutura”: na medida em que todos os *campos* que constituem o cosmos social se dinamizam de maneiras relativamente autônomas e conforme lógicas, regras, regularidades e necessidades particulares, há em cada um deles um tipo específico de “trunfo” que dota os agentes de maior ou menor capacidade de tirar vantagens em seu funcionamento e de reproduzi-los em benefício próprio. Esse “trunfo” é exatamente o *capital*. A configuração dos *campos* é definida exatamente pelo estado das relações de força entre os agentes, ou seja, pela maneira como o *capital* é distribuído entre eles²⁰. Essas relações de força permeiam inclusive as divisões entre e no interior de espaços públicos e privados: relações de dominação ocorrem de tal forma que estruturas de conhecimento e de categorização social tendem a reproduzir a atribuição dos ambientes privados e domésticos às mulheres, na mesma proporção em que os espaços públicos são, via de regra, vistos e experimentados como mais apropriados à circulação de homens (BOURDIEU, 2001).

¹⁹ Vale dizer, não é possível, de antemão, estabelecer uma relação fixa de hierarquia entre os diferentes *campos*. Se, por um lado, é verdade que nas sociedades capitalistas avançadas o campo econômico possui grande potencial de determinação sobre os demais, seria equivocado postular a existência de uma espécie de “determinação universal em última instância do econômico” sobre outras esferas sociais. Da mesma forma, seria equivocado creditar a existência de um padrão invariável de relação entre os diversos campos, algo como uma tendência evolutiva geral (BOURDIEU & WACQUANT, 1992).

²⁰ Há, na verdade, quatro tipos principais de *capital*, a saber, o social, o econômico, o cultural e o simbólico. O *simbólico*, vale dizer, é para Bourdieu um tipo especial de capital: trata-se da forma que outras espécies de capital assumem quando suas lógicas e necessidades são percebidas e reconhecidas como legítimas (BOURDIEU, 1990b).

Por fim, é preciso que se diga que tal modelo não pretende endossar retratos congelados da configuração social. Bourdieu (1990b) salienta que ao mesmo tempo em que os agentes podem fazer uso do capital que possuem para reproduzir sua posição privilegiada e/ou confirmar as “regras do jogo”, podem também tentar modificá-las parcialmente ou mesmo subvertê-las completamente, seja para tentar manterem-se nas mesmas posições ou para aumentar a quantia de capital que possuem. Nesse caso, podem fazer usos variados dos diferentes tipos de capital que possuem a fim de avançar em campos onde possuem menor quantidade de capital e, com isso, reverter relações de poder em seu favor.

Em sua trilogia *The Rise of the Network Society* (1996), *The Power of Identity* (1997) e *End of the Millennium* (1998), Manuel Castells desenvolve um conjunto de instrumentos analíticos que têm por pretensão fazer frente às transformações sociais que ocorreram com a difusão das novas “tecnologias de informação”. Na esteira desses esforços, o equacionamento da tensão “ação” – “estrutura” em Castells se dá de maneira um tanto quanto peculiar: para ele, “*nossas sociedades encontram-se crescentemente estruturadas em torno de uma oposição bipolar entre a Rede e o Self*” (CASTELLS, 1996: 3).

Castells procura escapar às acusações de que seu estudo endossaria uma nova forma de determinismo tecnológico; argumenta que tal dilema é um falso problema na medida em que “tecnologia é sociedade, e a sociedade não pode ser compreendida ou representada na ausência de instrumentos tecnológicos”. O fator tido pelo autor como determinante às sociedades contemporâneas e que passa a requer um novo esforço de reflexão científica é um conjunto de eventos bastante específico: a relação complexa de influência mútua entre cultura, tecnologia, economia e política²¹ que, por um lado, se encontra na base das descobertas e inovações informacionais que se aceleraram a partir dos anos 1960 e 1970,

²¹ Em linhas gerais, argumenta que todas as sociedades humanas encontram-se organizadas em torno de três tipos básicos de relações historicamente determinadas, quais sejam, *produção*, *experiência* e *poder*. Por *produção* (organizada em termos de relações de classes) Castells entende “a ação humana na matéria a fim de apropriá-la e transformá-la para seu benefício”. A tecnologia, entendida como “o uso de conhecimento científico para especificar modos de se fazer as coisas de uma maneira reprodutível”, cumpre aqui função especial. *Experiência* (organizada em torno de relações de gênero e de parentesco), por sua vez, significa “a ação de sujeitos humanos sobre si mesmos tendo em vista a realização de desejos e necessidades”. Finalmente, Castells chama de *poder* (fundado em torno do Estado) “as relações entre sujeitos humanos pelas quais as vontades de alguns são impostas sobre outros”. É “a comunicação simbólica entre os seres humanos e a relação desses com a natureza, em ambos os casos sustentadas sobre a produção, experiência e poder que, ao se cristalizarem através da história em territórios específicos, acabam por gerar culturas e identidades coletivas” (CASTELLS, 1996: 1-28)

e por outro, no processo de reestruturação capitalista empreendido desde os anos 1970 e 1980.

A bem da verdade, segundo Castells, a despeito de seu caráter revolucionário, as profundas transformações tecnológicas experimentadas ao longo do século XX não desencadearam a constituição de um novo modo de *produção* para além do capitalismo (aquele orientado pela maximização do lucro e caracterizado pela apropriação privada da mais-valia) ou do "estatismo" (aquele em que prevalece a maximização de poder e no qual o controle da mais-valia é externa à esfera econômica, ou seja, pelos detentores do poder estatal). Encontramo-nos, sim, ante à emergência de um novo modo de *desenvolvimento*, não mais industrial e, sim, *informacional*; as sociedades que se encontram na ponta de tais transformações são, nesse exato sentido, *capitalistas* e *informacionais*. O modo de desenvolvimento informacional é definido pelo autor como sendo aquele em que "a fonte principal de produtividade são as tecnologias de geração de conhecimento, de processamento de informação e de comunicação simbólica" (CASTELLS, 1996: 17-18). Seus efeitos são globais ainda que as diversas sociedades "agiram e reagiram diferentemente a tais processos, conforme as especificidades de suas histórias, culturas e instituições".

O ponto-chave a se considerar para se entender como o autor lida com a tensão "ação – estrutura" é que os impactos dessas transformações não se restringem à esfera econômica: na mesma medida em que "a ação do conhecimento sobre si mesmo" torna-se a fonte principal de produtividade, ela faz-se também influente em todo o conjunto das relações e estruturas sociais, inclusive as comunicações simbólicas. Assim, por um lado, observa-se um processo de integração do mundo por meio de *Redes* globais marcadamente impessoais. Todavia, tal dimensão integradora faz-se acompanhar de um radical processo de exclusão em detrimento daqueles indivíduos, segmentos sociais, e parcelas significativas de muitas sociedades (e, por vezes, sociedades inteiras), que se revelam incapazes de resistir ou de se adaptar ao ritmo e perfil do novo modelo de desenvolvimento. Tais circunstâncias mostram-se solo fértil para "a construção de ação social e política em torno de identidades primárias, sejam elas histórica e geograficamente enraizadas ou recentemente constituídas" (CASTELLS, 1997). Nesse outro plano da dinâmica social, ao invés de *Redes*, prevalece o *Self* (seja individual ou coletivo) e sua característica principal, a saber, a *construção de identidade*. Castells chama de *identidade* o processo pelo qual "um ator social reconhece a si mesmo e constrói sentido primeiramente com base em um dado atributo ou conjunto de atributos culturais em detrimento de outras fontes de significação" (CASTELLS, 1997: 6). Vale dizer, há que se diferenciar

“identidades” de “papéis sociais”: enquanto os “papéis” são definidos por normas estruturadas por instituições e organizações da sociedade, as “identidades são fontes de significado dos e para os próprios atores, construídas a partir de um processo de individualização” (CASTELLS, 1997: 7). É por isso que as *identidades* revelam-se centrais nas dinâmicas das sociedades contemporâneas informacionais: porque a construção de significados decorre da “identificação simbólica por um ator do propósito de sua ação” (CASTELLS, 1997: 7), algo que em outras formas de sociabilidade não poderia acontecer na proporção e extensão a que se assiste hoje.

Há, para o autor, evidências de um crescente distanciamento entre a *Rede* e o *Self* nas sociedades capitalistas informacionais: poderosas expressões de identidade coletiva emergem e se disseminam em reação à *Rede* e à lógica que lhe é característica, tudo isso em desafio à globalização e em benefício da singularidade cultural e do controle pessoal da vida. Segundo Castells, “essas expressões são múltiplas, altamente diversificadas, e seguem os contornos de cada cultura e das fontes históricas de formação de cada identidade” (CASTELLS, 1997: 7). Para ele, o mais importante tipo de identidade em construção na era capitalista informacional é as de tipo *defensivo*. Tais “identidades de resistência” são aquelas implicadas nos movimentos religiosos fundamentalistas, de comunidades territorialmente definidas, de auto-afirmação nacionalista, e de comunidades étnicas. Em todos eles verifica-se um processo de “exclusão dos excluídos pelos excluídos” (CASTELLS, 1998).

É nesse sentido que a oposição *Self* – *Rede* se constitui na maneira pela qual Castells trata a tensão “ação” – “estrutura”: ao passo que a lógica da *Rede* é eminentemente impessoal, carente de sentido e consideravelmente excludente (simultaneamente à sua capacidade integradora), a lógica do *Self* é a da inclusão identitária (acompanhada também de exclusão de processos e agentes identificados com a *Rede*), ou seja, a lógica do controle em favor de indivíduos que compartilham de identidades coletivas por eles mesmos construídas. Daí que enquanto o lócus primordial da *Rede* é o globo (preferencialmente em sentido virtual), o lócus primordial do *Self* é a comunidade (preferencialmente em escala menor que o “global”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando vistas à luz do imaginário sociológico a respeito da modernidade, é possível perceber que nenhuma das cinco elucubrações contemporâneas em torno da tensão “ação – estrutura” aqui investigadas dá-se em meio a uma espécie de “vácuo cognitivo”, gradualmente

preenchido à medida que se desenvolvem. Na verdade, conforme procurei ilustrar, cada uma delas revela-se ancorada em um dado retrato da modernidade, ou para ser mais preciso, em uma certa visão a respeito do que vem a ser o padrão de sociabilidade especificamente moderno. Meu desafio foi mostrar que essas diferentes maneiras de equacionar a tensão “ação – estrutura” estão longe de se situar em campos epistemológicos díspares ou parcamente comunicáveis.

Nesse sentido, é esclarecedor retomar algumas das inúmeras zonas de confluência entre as construções teóricas aqui consideradas: assim, por exemplo, Bourdieu refere-se às sociedades modernas como sendo caracterizadas pela “disseminação de campos”, cada qual com sua lógica e código próprios, no interior dos quais “agentes interessados” disputam entre si posições de maior proeminência (BOURDIEU & WACQUANT, 1992); muito próximo dessa imagem, Habermas refere-se às sociedades pós-tradicionais como aquelas em que Estado e economia constituem-se em “campos de ação sistemicamente integrados” paralelamente à formação de um mundo da vida habitado por uma “pluralidade de formas de vida consideravelmente confusa, todas elas igualmente legítimas, ainda que competindo entre si” pelas mentes e corações de “sujeitos individualizados” (HABERMAS, 1992). Confluências podem ainda ser notadas entre, de um lado, a idéia conforme a qual é somente na modernidade que um “mundo da vida secularizado” abre caminho para “o potencial de racionalidade imanente à ação comunicativa” (HABERMAS, 1987) e, de outro, a noção de que “a secularização e o desencantamento do mundo não nos aprisionaram em uma jaula de ferro” mas, ao contrário, “liberaram o Sujeito” para que ele tomasse em suas próprias mãos a criação do mundo em que vive (TOURAINÉ, 1994).

Zonas de intersecção podem também ser vislumbradas ao redor dos tratamentos que esses autores dedicaram ao problema da identidade individual e coletiva nas sociedades modernas contemporâneas. A esse respeito, Touraine (1988) salienta que ao lado da crescente presença de “aparatos de controle impessoais” no seio das sociedades pós-industriais, observa-se a disseminação de movimentos sociais que ajudam a ampliar os âmbitos de atuação dos sujeitos sobre sua própria historicidade na medida em que se voltam aos domínios da cultura e da personalidade. De maneira um tanto similar, Castells (1997) argumenta que, paralelamente à difusão de um tipo de sociabilidade constituída ao longo e por meio de *redes* impessoais e excludentes, assiste-se à emergência de uma ampla gama de movimentos sociais que florescem a partir de processos de construção de identidades, ora em defesa de formas de vida estigmatizadas, ora ao redor de novas comunidades de significado. Na verdade, essa mesma problemática acha-se entrelaçada a um outro ponto de confluência: enquanto Castells (1997)

salienta que a formação de identidades nas sociedades informacionais revela-se fortemente conectada à construção de significados por atores que se sentem excluídos de processos globais de integração econômica e tecnológica, Giddens (1991) fala-nos da disseminação dos novos movimentos sociais como sendo tentativas coletivas de reapropriação de âmbitos da vida vistos pelos agentes como tendo sido seqüestrados por sistemas sociais abstratos e esvaziados de sentido.

Não iria tão longe a ponto de explicar essas confluências como se fossem elas manifestações do “espírito de nossa época”; afinal de contas, como bem atestam os vários discursos da pós-modernidade, essa mesma “época” é palco de ampla gama de codificações que também almejam proporcionar explicações para o nosso tempo, muitas vezes de maneiras consideravelmente distintas daquelas aqui investigadas. Ao mesmo tempo, contudo, não me limitaria a ver essas zonas de intersecção como meras coincidências, fruto de uma combinação aleatória de interpretações variadas que não guardam qualquer relação anterior entre si além de seu foco comum de atenção. Conforme foi possível observar a partir dos tratamentos que essas cinco problematizações contemporâneas dedicam à tensão “ação – estrutura”, há uma nítida “regularidade na dispersão” que as torna comunicáveis não só entre si como também com um certo discurso sociológico da modernidade. Não é preciso apelar para algo exterior a elas (seja o “espírito de sua época”, seja qualquer outra forma de “determinação social em última instância”) muito menos a uma pretensa confluência aleatória e casual para identificar aquilo que lhes confere certa unidade. Seu denominador comum está no campo epistemológico no interior do qual concebem a sociabilidade moderna. Na verdade, aqueles pilares através dos quais os clássicos da sociologia imaginaram a modernidade fornecem os “andaimes e tijolos” *sobre e por meio* dos quais se ergueram algumas das mais influentes elucubrações contemporâneas a respeito da tensão “ação – estrutura”. Ora, ao procederem dessa maneira, tais elucubrações (ao menos aquelas de que tratei aqui) acabam por reforçar aquelas mesmas referências epistemológicas que dão vigor ao discurso da modernidade que tem em Marx, Weber, Durkheim e Simmel algumas de suas figuras centrais. Em tal discurso sociológico (vale salientar uma vez mais) *hegemônico*, três aspectos mostram-se determinantes à própria peculiaridade da sociabilidade moderna em relação a outras formas de sociabilidade: a) *Diferenciação social*; b) *Secularização* dos vários âmbitos sociais; c) *Individação* (e separação dos domínios públicos em relação aos privados). É no interior desses três pilares que a tensão “ação – estrutura” é tentativamente resolvida por cada um dos autores contemporâneos aqui considerados. Tal qual nos clássicos, observa-se uma espécie de movimento pendular entre “sociedade” e “indivíduo” (por certo, sempre a favor do primeiro) em meio a um cenário

delineado por acentuada *complexificação social*, em que normas de conduta e referências cognitivas acham-se na maior parte das vezes *racionalizadas*, e em que *planos de vida individuais* ganham prioridade frente a identidades e linhas de conduta coletivas. Ora, ao circularem dentro dessa *episteme*, o leque de alternativas que os contemporâneos encontram para lidar com o problema da relação “ação – estrutura” (que, conforme mencionei acima, é tão antigo quanto a “longa tradição do pensamento ocidental” e, portanto, anterior à própria sociologia) vê-se substancialmente constrangido. Novamente em alusão a Foucault (1973), essa *episteme* apresenta-se, pois, como as *condições de possibilidade* por excelência daqueles empreendimentos contemporâneos em suas tentativas de proporcionar soluções à tensão “ação – estrutura”. Conseqüentemente, ao menos nesse aspecto em particular, em nada diferem do discurso sociológico clássico da modernidade, muito embora com certa freqüência reforcem suas originalidades e especificidades. Portanto, nesse sentido, (aqui me limito a dizer *apenas neste sentido*), é possível dizer que Habermas, Giddens, Bourdieu, Touraine e Castells são, sim, meras variações de um velho discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTLE. **The Politics**. Edited by Stephen Everson, New York, Cambridge University Press, 1994
- AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**, Princeton, Princeton University Press, 2002.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática, In ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**, São Paulo, Ática, pP. 46-81, 1983.
- BOURDIEU, P. **The Logic of Practice**, Stanford, Stanford University Press, 1990a.
- BOURDIEU, P. **In Other Words: essays towards a reflexive sociology**, Stanford, Stanford University Press, 1990b.
- BOURDIEU, P. **The Rules of Art: genesis and structure of the literary field**, Stanford, Stanford University Press, 1996.
- BOURDIEU, P. **Masculine Domination**, Stanford, Stanford University Press, 2001.
- BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology**, Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**, London, Blackwell, 1996).
- CASTELLS, M. **The Power of Identity**, London, Blackwell, 1997.
- CASTELLS, M. **End of the Millennium**, London, Blackwell, 1998.
- COSTA, S. & WERLE, D. Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil, In AVRITZER, L. & DOMINGUES, J. M. (orgs.). **Teoria Social e Modernidade no Brasil**, Belo Horizonte, Ed UFMG, 2000.
- DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.
- DURKHEIM, É. The dualism of human nature and its social conditions. In BELLAH, Robert N. (ed.). **Emile Durkheim on morality and society**, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 149-163, 1973.

- DURKHEIM, É. The contribution of sociology to psychology and philosophy, In **The Rules of Sociological Method and Selected Texts on Sociology and its Method**, New York, The Free Press, pp. 236-240, 1982a.
- DURKHEIM, É. The Rules of Sociological Method and Selected Texts on Sociology and its Method, In **The Rules of Sociological Method and Selected Texts on Sociology and its Method**, New York, The Free Press, pp. 29-163, 1982b.
- DURKHEIM, É. **The Elementary Forms of Religious Life**, New York, The Free Press, 1995.
- DURKHEIM, É. **Professional Ethics and Civic Morals**, London, Routledge, 1996.
- DURKHEIM, É. **The Division of Labor in Society**, New York, The Free Press, 1997.
- ELIAS, N. Mudanças na Balança Nós-Eu, In **A Sociedade dos Indivíduos**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 129-193, 1994.
- FOUCAULT, M. **The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language**, New York, Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, M. **The Order of Things: an archaeology of the human sciences**, New York, Vintage Books, 1973.
- GIDDENS, A. **The Constitution of Society: outline of a theory of structuration**, Berkeley, University of California Press, 1984.
- GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity: self and society in the Late Modern Age**, Stanford, Stanford University Press, 1991a.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**, São Paulo, Editora Unesp, 1991b.
- GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**, São Paulo, Editora Unesp, 1993.
- HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**, Volume 1, Boston, Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**, Volume 2, Boston, Beacon Press, 1987.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere, In CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**, Cambridge, The MIT Press, pp. 421-461, 1992.
- HABERMAS, J. **Moral Consciousness and Communicative Action**, Cambridge, The MIT Press, 1996a.
- HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: an inquiry into a category of bourgeois society**, Cambridge, The MIT Press, 1996b.
- HABERMAS, J. **Between Facts and Norms: contributions to a discourse theory of law and democracy**, Cambridge, The MIT Press, 1999.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1996.
- MARX, K. Theses on Feuerbach, In TUCKER, Robert C. (ed.). **The Marx – Engels Reader**, New York, W.W. Norton, pp. 107-109, 1972a.
- MARX, K. Manifesto of the Communist Party, In TUCKER, Robert C. (ed.). **The Marx – Engels Reader**, New York, W.W. Norton, pp. 331-362, 1972b.
- MARX, K. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte, In TUCKER, Robert C. (ed.). **The Marx – Engels Reader**, New York, W.W. Norton, pp. 436-525, 1972c.
- MARX, K. The Jewish Question, In MARX, Karl. **Early Writings**, New York, Vintage Books, pp. 211-241, 1975.
- MARX, K. & ENGELS, F. **The German Ideology: Part One**, New York, International Publishers, 1970.
- SEWELL, Jr., W. H. A theory of structure: duality, agency, and transformation, *American Journal of Sociology*, vol. 98, issue 1, pp. 1-29, 1992.
- SIMMEL, G. Individual and society in the Eighteenth- and Nineteenth-century views of life: an example of philosophical sociology, In WOLF, Kurt (ed.). **The Sociology of Georg Simmel**, New York, The Free Press, pp. 58-84, 1964a.

- SIMMEL, G. The quantitative determination of group divisions and of certain groups, In WOLFF, Kurt (editor). **The Sociology of Georg Simmel**, New York, The Free Press, 105-117, 1964b.
- SIMMEL, G. The problem of sociology, In LEVINE, Donald (ed.). **Georg Simmel: on individuality and social forms**, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 23-35, 1971a
- SIMMEL, G. The Conflict in Modern Culture, In LEVINE, Donald (ed.) (1971). **Georg Simmel: on individuality and social forms**, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 375-393, 1971b.
- SOUZA, J. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**, Brasília, Ed. UnB, 2000.
- TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20 (59): 5-22, 2005.
- TOURAINE, A. **The Voice and the Eye**, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- TOURAINE, A. **Return of the Actor: social theory in postindustrial society**, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1988.
- TOURAINE, A. **Crítica da Modernidade**, Petrópolis, Vozes, 1994.
- WEBER, M. Science as Vocation, In GERTH, H.H. and MILLS, C. Wright (ed.). **From Max Weber: Essays in Sociology**, New York, Oxford University Press, pp. 129-156, 1964.
- WEBER, M. **Economy and Society: an outline of interpretive sociology**, Volume 1, Berkeley, University of California Press, 1978a.
- WEBER, M. **Economy and Society: an outline of interpretive sociology**, Volume 2, Berkeley, University of California Press, 1978b.

